

Política e cultura nas relações lusu-castelhanas no século XV

Luís Adão da Fonseca
Universidade do Porto

1. É objectivo deste trabalho sublinhar em que medida as relações políticas desenvolvidas pelo poder monárquico português com o reino vizinho de Castela, ao longo do século XV, têm uma vertente cultural. Ou seja, trata-se de averiguar quais são as componentes ideológicas do fenómeno, tantas vezes referido (trata-se quase de um lugar-comum), das origens quatrocentistas do chamado *bilinguismo* (e reporto-me, ao utilizar esta expressão, ao título do artigo do *Dicionário das Literaturas Portuguesa, Galega e Brasileira* dirigido por Jacinto do Prado Coelho¹).

O problema, no fundo radica da necessidade que a monarquia portuguesa tem de legitimar a nova dinastia de Avis, no contexto das enormes transformações que o equilíbrio europeu sofre na transição do século XIV para o XV. Estas transformações, como é sabido, acompanham, no quadro da chamada *Guerra dos 100 Anos*, a passagem do ciclo da *Guerra de Crécy* (típico da segunda metade de *Trezentos*) para o ciclo da *Guerra de Azincourt* (característico do primeiro quartel de *Quatrocentos*). Em termos continentais, esta passagem traduz-se na secundarização das problemáticas económica, política e diplomática relacionadas com as comunicações com o norte de Europa (em que o canal da Mancha constitui o principal ponto de articulação), dando lugar à importância das comunicações do Atlântico com o Mediterrâneo, e consequente à primazia das problemáticas económica, política e diplomática relacionadas com a articulação de interesses à volta do Estreito de Gibraltar².

1. Porto, Figueirinhas, 1960, 93-95. Para o caso presente, reveste-se de menor interesse o artigo de S. ASPERTI, «Bilinguismo/Plurilinguismo na poesia lírica», em *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa* (dirigido por Giulia LANCIANI e Giuseppe TAVANI), Lisboa, Caminho, 1993, 103-105. Vejam-se ainda o artigo de Sousa VITERBO, *A literatura espanhola em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1915, assim como a antologia de João de Castro OSÓRIO intitulada *Florilégio de poesias portuguesas escritas em castelhano e restituídas à língua nacional*, Lisboa, 1942.

2. Tive oportunidade de chamar a atenção para estes aspectos em vários trabalhos, para os quais remeto a propósito de tudo quanto se escreve neste trabalho sobre a problemática em causa: *O Essencial sobre o Tratado de Windsor*, Lisboa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1986; «*Le Portugal et l'Europe au XV^{ème} siècle*», em Catálogo da exposição *Feitorias. L'Art*

Quer isto dizer que, mercê das referidas transformações, a Península Ibérica surge, *grosso modo*, no decorrer do primeiro quartel do século XV, como horizonte privilegiado do confronto político europeu, com implicações directas no posicionamento português. Com efeito, se o relacionamento ibérico de Portugal – mercê das exigências da geografia – sempre fora um problema fundamental da própria existência do reino, agora, quando esse palco se apresenta como espaço de confronto continental, tal relacionamento apresenta-se como exigência decisiva, quase dramática, da estratégia nacional.

Sem querer entrar agora na análise circunstanciada do que esta mutação implica em termos diplomáticos, direi apenas que o reino lusitano entra no século XV (em rigor, a mutação só começará a ter lugar, em termos europeus, a partir de meados da primeira metade do século) com uma posição diplomática e política de certo modo debilitada. Diplomáticamente, estamos inseridos numa aliança (a pró-britânica), plasmada em 1386 no Tratado de Windsor, que, na altura em que foi assinado, encontrava alguma justificação no contexto do momento, mas que, à medida que avança o século (primeiro, com a deslocação dos interesses europeus para sul e, posteriormente, já na segunda metade do século, com a *implosão* inglesa decorrente da *Guerra das 2 Rosas* [1450-1485]), se torna cada vez mais marginal.

Por outro lado, politicamente, a situação não é melhor. Apesar de, em 1385-86, a nova dinastia de Avis ter conseguido obter vitórias decisivas, no campo político, militar e diplomático, tais acontecimentos não tinham conferido à família real portuguesa, ilegítima na origem, a legitimidade de que, de facto, continuava a carecer. Entretanto, este problema, que começara por ter uma dimensão interna, mercê das transformações atrás referidas, transformara-se numa significativa limitação que afectava a afirmação externa do reino. Quando pensamos, por exemplo, nas alterações surgidas na Península na sequência do Compromisso de Caspe [1412] (insuspeitadas num primeiro momento, mas reveladoras de uma dinâmica política que o futuro revelará terem sido decisivas, dinâmica já há muito identificada pela bibliografia³), ou no significado das pazes assinadas com Castela em 1431⁴, percebemos, com efeito, a dimensão desta limitação.

Em resumo, direi que, mercê desta nova conjuntura, a posição diplomática e política de Portugal se debilita na medida em que a monarquia lusitana carece de um corpo ideológico suficientemente forte que a projecte, não só internamente, mas sobretudo na Península. Como já escrevi em trabalho anterior, o problema não é, portanto, uma questão que se possa resolver unicamente através da contabilização do *poder de facto* (para o qual terá contribuído, em parte, para além das vitó-

au Portugal au temps des Grandes Découvertes (fin XIV^{ème} siècle jusqu'à 1548), integrada na EUROPALIA 91 PORTUGAL (Antuérpia, Koninklijk Museum voor Schone Kunsten, 1991. Set. 29/Dez. 29), Bruxelas, Europalia, 1991, 19-24; *Portugal entre dos mares*, Madrid, Editorial Mapfre, 1993, 47 e seguintes; *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, 29 e seguintes; «Portugal na Península Ibérica. Horizontes marítimos, articulação política e relações diplomáticas (sec. XII-XVI)», em *Las Españas Medievales* (coord. de Julio Valdeón Baroque), Valladolid, Universidad de Valladolid, 1999, 83-93; «Horizonte castelhano no debate político em Portugal no final da Idade Média», em *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa* (coord. Vicente A. Álvarez Palenzuela), Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, 1999, 147-161. Mais recentemente, sintetizei este problemas em «A primeira expansão», em *Memória de Portugal. O milénio português* (coor. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos), Lisboa, Círculo de Leitores, 2001, 230-231; 234-235; 245-246; 248-249.

3. E recorde, entre outros estudos, o conjunto da obra de Luis SUÁREZ FERNÁNDEZ, a começar pelo seu trabalho, ainda fundamental, intitulado «El Atlántico y el Mediterraneo en los objetivos políticos de la Casa de Trastámara», *Revista Portuguesa de História*, tomo V (1951), 287-307.

4. Texto publicado nos *Monumenta Henricina*, volume 4, Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do 5º Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962, documento 9, 18-52 (onde se indicam publicações anteriores).

rias de finais do séc. XIV, a conquista de Ceuta), visto tratar-se de uma questão que necessita do apoio de uma *construção teórica*, que – como disse – legitime e projecte a dinastia.

2. A ponderação da sucessão dos momentos mais significativos da estratégia desenvolvida pela monarquia portuguesa não pode ser mais clarificadora. Apresenta, a meu ver, três grandes marcos.

O primeiro marco corresponde aos anos 33-34 da centúria. Desencadeia-se em 1433, com a morte de D. João I, quando o seu sucessor (D. Duarte), julgo que perfeitamente consciente da aceleração da conjuntura diplomática decorrente da assinatura do tratado de paz com Castela dois anos antes (1431), coloca o problema dentro de parâmetros que, em linhas gerais, perdurarão até final do século. Com efeito, nesse momento concreto, poderá parecer uma formulação retórica e política aparentemente circunstancial, mas a evolução posterior mostrará que é muito mais do que isso. O caso é bem conhecido; foi estudado em termos extremamente agudos por Armindo de Sousa⁵. O rei de *Boa Memória* morre no dia 13 de Agosto, mas toda a tradição imediatamente posterior declara que o falecimento tem lugar no dia seguinte. Sabe-se hoje que a alteração do dia é resultado da vontade expressa de D. Duarte. O propósito é claro: mostrar, com evidente sentido messiânico, que existem coincidência de datas, indiciadoras do carácter exemplar da figura do soberano falecido. Com efeito, é óbvio o propósito de associar a batalha de Aljubarrota ao falecimento do rei, apontando ambos os eventos para as vésperas da festa da Assunção da Virgem. Ou seja, procura-se indicar que o rei foi um predestinado. Aliás, esta mesma ideia aparece nas crónicas de Fernão Lopes e, posteriormente, de Rui de Pina⁶.

Em poucas palavras, o que D. Duarte define é uma política de construção ideológica de um modelo familiar, em que, partindo da bartardia do fundador da dinastia, aponta para o perfil de unidade dinástica que constituirá, assim, a imagem de marca da família de Avis. Por isso, não é por acaso que, no ambiente de corte, se desenvolve toda uma mitologia à volta da unidade entre pais e filhos. Formulada pela primeira vez nas instruções que D. Duarte redige para o sermão a fazer nas exéquias do pai, retomado no capítulo 98 do *Leal Conselheiro* (intitulado *Da prática que tínhamos com el Rei, meu senhor e Pai, cuja alma Deus aja*), vai ser pouco tempo depois incorporada por Fernão Lopes na sua *Crónica de D. João I*. Assim, esta unidade familiar confere à morte santa do fundador da dinastia um carácter *fundacional*: se atrás de D. João I se encontra a sua família, se a sua memória é também memória da dinastia, o rei santo santifica a dinastia, e o rei exemplar exemplariza a dinastia, isto é, a morte do rei transforma-se em ponto de referência da morte de todos os membros da família real. A este respeito, a inscrição que se pode ler na legenda da moldura do retrato deste rei que se encontra no Museu de Arte Antiga é altamente significativa. O monarca é representado em atitude de oração, com as mãos postas, numa atitude pouco natural. A legenda reza: *Haec est vera dignae ac venerabilis memorie Domini Ioannis defuncti quond[am] Portugaliae nobilissimi et illustrissimi regis ymago quippe qui du viveret de juberot victoria potitus est potentissima*⁷.

Recorde-se, finalmente, que no ano seguinte, em 1434, o mesmo rei D. Duarte toma a decisão de nomear Fernão Lopes cronista do reino. Os termos em que a nomeação é feita marcam, com

5. *A morte de D. João I (um tema de propaganda dinástica)*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos, 1984.

6. Recordo, a este propósito, o que escrevi em «A Morte como tema de propaganda política na historiografia e na poesia portuguesa do século XV», *Biblos* (Actas do Congresso Comemorativo do 6.º Centenário do Infante D. Pedro [Coimbra. 1992.11.25-27]), volume LXIX (1993), 507-538.

7. Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga, n.º 2006.

efeito, uma direcção que reforça a doutrina esboçada no ano anterior, quando da morte do pai. Com efeito, na carta de nomeação de Março de 1434, escreve o monarca que Fernão Lopes deve *poer em caronica as estorias dos reis que antigamente em Portugal foram. Esso mesmo os grandes feitos e altos do mui vertuoso e de grandes vertudes El Rei, meu senhor padre, cuja alma Deus aja*⁸. É a primeira vez que a monarquia assume, de forma tão explícita, a elaboração de uma história geral do reino como programa oficial, objectivo que, por sua vez, deve ser relacionado com o paralelo programa de idealização da dinastia para o qual chamei a atenção. Se se tiver em conta que nessa mesma conjuntura tem lugar a trasladação dos restos morais de D. João I e de sua mulher D.^a Filipa, para a *Capela do Fundador*⁹, na Batalha, não pode ser mais sintomático todo este conjunto de exemplos.

O segundo marco corresponde aos anos 50-60 da centúria, mais concretamente à década entre cerca de 1455 e cerca de 1465. É desenvolvido durante o período áureo do reinado de D. Afonso V, quando a monarquia portuguesa, na sequência do grave conflito que desembocou em Alfarrobeira (1449), orienta a sua política externa num claro sentido pró-castelhano que a conduzirá a uma intervenção peninsular de todos bem conhecida¹⁰. Nestes anos em que os demais reinos ibéricos vivem momentos de graves conflitos internos caracterizados pela forte debilitação da imagem da realeza (crise castelhana com Henrique IV, dificuldades crescentes na Coroa de Aragão com João II), o poder lusitano assume uma clara estratégia de afirmação política no quadro europeu meridional, em que a entrada no Mediterrâneo se transforma em referência geográfica fulcral. Esta estratégia tem uma forte componente económica, e implica, como é sabido, uma correspondente aproximação diplomática a Castela, que não vou explicitar aqui¹¹. Direi apenas, que é acompanhada por um não menor investimento propagandístico, orientado sobretudo no sentido de exaltar a exemplaridade da família real portuguesa, *argumento* ideológico compreensível (e eficaz) naquelas circunstâncias em que a imagem dos trastâmaras castelhanos e aragoneses se encontrava bastante fragilizada.

Neste sentido, a herança do *modelo familiar* elaborado por D. Duarte nos anos 30 é ampliado através do fortalecimento da dimensão exemplar dos falecimentos régios. Nesta ordem de ideias, compreende-se a simbólica oficial das mortes que se seguem a D. João I (D. Duarte, D. Afonso V e D. João II, para além de vários membros da família real, a começar pelo *Infante Santo*¹²).

Neste conjunto, não posso deixar de referir a importância de um texto, fundamental neste processo. Trata-se de um escrito, redigido em castelhano por Afonso de Córdoba, entre meados de 1462 e meados de 1463, por encomenda do próprio Condestável D. Pedro, e intitulado *Comemoración breve de los muy insignes y virtuosos varone que fueron desde el magnifico rey don Juan I hasta el muy esclarecido rey don Alfonso quinto*. Retrato estereotipado da família real portuguesa, expressa uma vontade elegíaca, não de personagens isolados, mas do conjunto da família. Como o seu autor declara, o propósito é enaltecer *el linaje portugues*. Em termos de modelo, representa

8. Cito a partir de Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A historiografia portuguesa*, volume 1, Lisboa, Verbo, 1972, 42.

9. Cfr. Lucília da Glória Verdelho da COSTA, «Morte e espaço funerário na arquitectura religiosa do século XV», em *Actas das Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, Câmara Municipal, 1986, 223-272.

10. Além dos meus estudos citados nas notas 2 e 11, veja-se o estudo fundamental de Humberto Baquero MORENO, *A batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e significado histórico*, Lourenço Marques, 1973.

11. Vejam-se os meus estudos: *O Condestável D. Pedro de Portugal, a Ordem Militar de Avis e a Península Ibérica do seu tempo (1429-1466)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982; e «La época de Enrique IV y Juan II de Aragón», em *Historia General de España y América*, tomo V, Madrid, Rialp, 1981, 405-447.

12. Cfr. o meu estudo «A Morte como tema de propaganda política», *cit.*

a conformação de um arquétipo, segundo o qual há uma geração de descendentes de D. João I que formam uma exemplaridade moral pelos valores que incarnam, que virá, com os tempos, a revestir-se de grande importância na memória colectiva portuguesa. É a *Ínclita Geração*. Mas, para além disso, situando o texto em causa no contexto dos parâmetros em que se desenvolve a política ibérica portuguesa desse momento (estamos na vésperas do lançamento da *grande operação* que conduzirá o Condestável D. Pedro – o próprio autor da encomenda da *Comemoración breve* – a encabeçar a revolta catalã contra João II de Aragão), e colocando-o na sequência da exemplarificação da morte à qual há pouco fiz referência, podemos, assim, desenhar os três contornos definitórios do modelo ideológico em que a assenta o que se pode chamar a «imagem da monarquia portuguesa» tal como ela é elaborada pelo poder régio lusitano no decorrer da segunda metade do século XV: função legitimadora, carácter exemplar, intencionalidade ibérica¹³.

O terceiro marco situa-se já na transição da Idade Média para os tempos modernos, correspondendo aos primeiros anos do reinado de D. Manuel. Este monarca, acedendo ao trono em circunstâncias difíceis bem conhecidas, embora por razões diferentes das que inspiraram D. Afonso V, seu tio, e D. João II, seu primo e cunhado, acaba por ter de assumir, no relacionamento com Castela, uma política de continuidade em relação aos monarcas anteriores. São muitos os exemplos onde esta intencionalidade ibérica está presente. Porque em outro estudo tive oportunidade de os explicar a propósito das implicações do tratado de Tordesilhas (1494) e da chegada dos portugueses à Índia, em 1497-1502¹⁴, apenas direi – para me limitar a referir textos literários – que, nesta ordem de ideias, adquire um novo sentido todo um conjunto de escritos redigidos à volta do *Príncipe Perfeito*, outro D. João I, e que se encontram reunidos no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. Sendo mais conhecidas as *Coplas de Diogo Brandão dedicadas à morte de D. João II*¹⁵, não podem ser esquecidas, no entanto, as trovas de Luis Anriquez dedicadas à morte de D. Afonso¹⁶ e de D. João II¹⁷ ou as de Álvaro de Brito dedicadas à morte de D. Afonso¹⁸.

Por todos estes textos – formalmente prantos, perfeitamente integráveis na tradição literária peninsular (limite-me a recordar Jorge Manrique)¹⁹ e articulados dentro de um género consolatório muito típico da Ibéria quatrocentista²⁰ –, perpassa uma intencionalidade que confere às exclam-

13. Sobre este texto, vejam-se os meus estudos: «Ínclita Geração. Altos Infantes (Lusíadas.IV.50). Algumas considerações sobre a importância das circunstâncias históricas na formação de um tema literário», em *Actas da IV Reunião Internacional de Camonistas*, Ponta Delgada, 1984, 295-302; «Una elegia inédita sobre la familia de Avis. Un aspecto de la propaganda política en la Peninsula Ibérica a mediados del siglo XV», *Anuario de Estudios Medievales*, vol. 16 (1986), 449-463.

14. Vd. o que escrevi em *Vasco da Gama. O homem, a viagem, a época*, Lisboa, Expo 98 e Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, 1997, 269 e seguintes. Aliás, esta dinâmica continuará nos anos seguintes (cfr. Isabel M. Mendes Drumond BRAGA, *Um espaço, duas monarquias [Interrelações na Península Ibérica no tempo de Carlos V]*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2001).

15. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* (ed. de Aida Fernanda DIAS), volume 2, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1990, n.º 333, 209-220. Recentemente, este pranto foi editado por Valéria TOCCO, *Diogo Brandão: obras poéticas*, Lisboa, CNCDP, 1997, 78-88.

16. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, volume 2, n.º 365, 256-265.

17. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, volume 2, n.º 366, 265-268.

18. *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, volume 1, n.º 76, 246-247.

19. Mário MARTINS, *Introdução histórica à vivência do Tempo e da Morte*, volume 1, Braga, Livraria Cruz, 1969; José Carlos Ribeiro MIRANDA, «O tema da morte e a tradição literária do Pranto no *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*», em *Actas do Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época*, volume 4, Porto, Universidade do Porto e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, 77-93.

20. Pedro M. CÁTÉDRA, «Prospección sobre el género consolatorio en el siglo XV», em *Letters and society in fifteenth-century Spain. Studies presented to P. E. Russell on his eightieth birthday* (ed. Alan D. Deyermond e Jeremy Lawrance), Dolphin Book Co., 1993, 1-16.

mações dolorosas uma dimensão política (*dor política*, já escrevi num outro texto²¹) –, que, no contexto em que são escritos, não são alheios aos problemas que atravessam a política luso-castelhana do reinado de D. Manuel I.

3. O enquadramento peninsular do que atrás qualifiquei como a construção da *imagem da monarquia portuguesa* quatrocentista – dentro dos marcos que tive oportunidade de apontar (1433-1334; 1455-1463; 1494-1497/1502) teve, naturalmente, múltiplas implicações. Não sendo este o lugar adequado para as apontar a todas, considerando as características deste colóquio, vou-me limitar a referir as implicações de natureza cultural. No fundo, trata-se de mostrar de que modo ambas as vertentes (a política e a cultural) estão directamente relacionadas, o que poderá constituir um sólido ponto de partida para uma melhor compreensão dos termos em que se poderá falar da existência de uma política cultural por parte da monarquia portuguesa de então. Será, assim, à laia de uma conclusão antecipada, uma outra maneira de olhar para o *bilinguismo* com o qual inicie esta minha intervenção.

Referi até agora alguns aspectos determinantes da importância que a vertente castelhana tem na política portuguesa quatrocentista. Mas esta vertente é também fundamental se olharmos para o campo literário e cultural. Recordo alguns dos nomes relevantes do universo literário castelhano que com o poder português de meados do século XV mantiveram relações documentadas nas fontes: é o caso do Marquês de Santillana, cuja tão conhecida *Carta-Proémio* às suas obras é enviada ao Condestável D. Pedro na sequência da batalha de Olmedo, em 1455; é o caso de João de Mena, autor das conhecidas poesias enviadas ao regente D. Pedro (escritas entre Maio de 1447 e Junho de 1448²²), e que, em 1455, recebe do Condestável D. Pedro, na altura *agente* português em Castela, uma importante soma em numerário, possivelmente correspondente ao pagamento da que seria a sua última obra literária, as *Coplas contra los pecados mortales*²³; é o caso de Gómez Manrique que, na primeira metade dos anos 60 do século XV, recebe do rei de Portugal D. Afonso V o encargo de reunir um cancioneiro com obras suas²⁴. E outros nomes e casos poderiam ser referidos.

Alguns dos exemplos citados reflectem, de algum modo, uma intencionalidade de tipo mecenático. A referência tem algum interesse, não tanto pelo fenómeno em si (é algo corrente na época, fora e dentro de Portugal²⁵), quanto pela relação de estreita dependência que revela ter existido entre mecenato literário e política diplomática. Não é, aliás, este o primeiro momento em que os elementos disponíveis nos permitem estabelecer esta relação. Já há anos, A. M. SALAZAR o apontou a respeito das missões diplomáticas de Alonso de Cartagena em Portugal²⁶, o que tem algum interesse porque a estadia de Cartagena em Portugal teve lugar no tempo em que, apesar de ser apenas herdeiro, é D. Duarte quem assegura as grandes decisões políticas do reino.

21. Cfr. o meu estudo «A Morte como tema de propaganda política», 532.

22. Cfr. o meu estudo «Una elegia inédita», 454.

23. Cfr. o meu estudo «Una elegia inédita», 453.

24. Cfr. o meu estudo «Una elegia inédita», 454-455.

25. Sobre este tema, embora tenha uma perspectiva diferente, veja-se Francisco Pato de MACEDO, «O Infante D. Pedro – patrono e mecenas», *Biblos* (vol. cit.), 459-486.

26. A. SALAZAR, A., «El impacto humanístico de las misiones diplomáticas de Alonso de Cartagena en la corte portuguesa entre medioevo y renacimiento (1421-1431)», em Alan D. DEYERMOND (ed.), *Medieval Hispanic Studies presented to Rita Hamilton*, Londres, Tamesis Books, 1976, 215-226; Maria MORRÁS, «El debate entre Leonardo Bruni y Alonso de Cartagena: las razones de una polémica», *Quaderns. Revista de traducció*, 7 (2002), 33-57 [disponível em <http://www.bib.uab.es/pub/quaderns/11385790n7p33.pdf> – 2003.02.05.]

Considero ter alguma importância esta remissão para os tempos de D. Duarte. Por um lado, e como há pouco se apontou, em face dos elementos disponíveis, parece ter sido este monarca quem iniciou o processo de *construção ideológica do modelo de exemplaridade da família real portuguesa*. Por outro lado, a ponderação do que ele representa como figura cimeira da *cultura de corte* no Portugal do século XV mostra em que medida a sua obra escrita reflecte uma preocupação de modelação de um tipo social com contornos culturais, preocupação reveladora da existência, por parte do poder, de uma estratégia política de criação de uma autonomia cultural. Recorde-se, a título de exemplo, a sua afirmação de que o *Leal Conselheiro*, qual *ABC de lealdade*, está dirigido aos *homens de corte que alguma coisa saibam de semelhante ciência, e desejem viver virtuosamente*²⁷. Há, com efeito, em toda a sua obra, uma intencionalidade pedagógica que, partindo do âmbito cortesão, se alarga a todo o conjunto da sociedade lusitana. Nesse sentido, pode-se dizer que o *Leal Conselheiro*, sendo em termos materiais obra de cariz ético, em termos formais, visa objectivos políticos.

Há, a este respeito, um texto cuja autoria não se pode garantir ser do rei *Eloquente*, mas que, sob todos os pontos de vista, remete para a sua pessoa e personalidade política e cultural. No fundo, manifesta um discurso de simbiose entre política e cultura, típico dos governantes portugueses desta época. Trata-se do tratado de paz assinado em 30 de Outubro de 1431 entre os reis de Portugal e de Castela, já anteriormente citado²⁸. Não só estamos já na fase terminal do governo de D. João I (quando é D. Duarte quem conduz os negócios do reino), como o estilo de argumentação é típico do seu filho. Para o caso presente, o que interessa sobretudo é a introdução do tratado, onde, antes de se entrar em matéria política, se apresenta toda uma justificação teórica do que deve ser a prática diplomática. Começando por afirmar, baseado em S. Paulo e Santo Agostinho, que a paz não é alheia à justiça (*ca el que ama a su proximo cumple la ley, el cumplimiento e perfección de la cual es amistad y dilección*²⁹), considera-as, no fundo, resultantes da caridade, virtude primeira. E cita, logo a seguir, Séneca, Cassiodoro e Cícero³⁰. Não se pode ser mais claro.

Assim, para se entender adequadamente a intencionalidade dos escritos de D. Duarte, é necessário estabelecer uma relação com outros aspectos da sua actuação cultural. Recorde-se, por exemplo, que o rei é possuidor de uma importante biblioteca (cuja lista de livros chegou ao nosso tempo)³¹, e a ele se deve a iniciativa de algumas traduções muito significativas na época (como a *Retórica* de Cícero³² e a continuação do *De Casibus Virorum Illustrorum* de Boccaccio, encomendadas ao bispo de Burgos D. Alonso de Cartagena, quando esteve embaixador junto da corte portuguesa, nos anos 20³³), e é conhecida a sua intervenção fundamental no advento da historiografia *nacional* no século XV³⁴.

Pode-se, assim, identificar, na monarquia de Avis, uma tradição de mecenato cultural com um forte pendor político. Iniciada com os filhos de D. João I, traduz-se em várias iniciativas; o apoio

27. *Leal Conselheiro* (ed. J. M. Piel), Lisboa, Bertrand, 1942, 3 e 5.

28. Veja-se a nota 4.

29. Documento citado na nota 4, p. 20.

30. Idem, *ibidem*. Tem interesse comparar esta introdução com o capítulo 43 do *Leal Conselheiro* de D. Duarte, dedicado à castidade (*Leal Conselheiro*, 169-174).

31. Publicada várias vezes. Por exemplo: Teófilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, tomo 1, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1892, 209-228; J. M. PIEL, edição do *Leal Conselheiro*, 414-416.

32. Manuel Cadafaz de MATOS, «O Infante D. Pedro, a versão do *De Officiis* e outras preocupações ciceronianas no ocidente europeu no século XV», *Biblos* (ob. cit.), 320-321; J. M. PIEL, edição do *De Officiis* de Cícero, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1948, XII-XIII.

33. Vd. nota 26.

34. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A historiografia portuguesa*, 45-47.

a traduções, tanto em português como em castelhano³⁵, a redacção de textos com evidente intencionalidade política (recorde-se, para além de D. Duarte, o seu irmão D. Pedro³⁶, ou o filho deste, o Condestável³⁷, entre outros³⁸), a organização de bibliotecas (em cujo âmbito é fundamental a da livraria régia por D. Afonso V³⁹), a concessão de uma série de bolsas de estudo em que as universidades peninsulares têm um papel determinante⁴⁰.

São tudo aspectos bem conhecidos da bibliografia (as traduções, os textos com intencionalidade política, a organização de bibliotecas, a concessão de bolsas). O que me parece não ter sido até agora suficientemente sublinhado é o contexto em que estas manifestações têm lugar. Por exemplo, não deixa de ser significativo que os nomes referidos a propósito do que se pode chamar a política cultural sejam simultaneamente os nomes de referência da diplomacia pró-castelhana da monarquia portuguesa: D. Pedro e D. Duarte, o Condestável D. Pedro, D. Afonso V.

E retorno à *imagem da monarquia portuguesa* e às suas três vertentes atrás apontadas: função legitimadora, carácter exemplar, intencionalidade ibérica. É que esta função legitimadora da ideologia da exemplaridade da família real portuguesa, desenvolvida com uma intencionalidade ibérica, construída a partir da experiência modelar da morte – como já se apontou – tem outras duas componentes a ela ligadas: a vertente da unidade (visível na retórica da unidade familiar, propugnada por D. Duarte e encomendada pelo Condestável) e a vertente da sabedoria (visível na prática do mecenato, interno e externo [entenda-se, castelhanol], de que os príncipes de Avis se fizeram arautos).

Neste sentido, pode-se dizer que a política diplomática praticada pela monarquia portuguesa durante grande parte do século XV (pelo menos, a partir da década dos anos 20), e dominada pela preocupação de normalização das relações com Castela, corresponde a um propósito subjacente

35. Sebastião Tavares de PINHO, «O Infante D. Pedro e a «Escola» de tradutores da Corte de Avis», *Biblos* (ob. cit.), 129-153. Cfr. Manuela FERNÁNDEZ SÁNCHEZ e José Antonio SABIO PINILLA, «Tradicón clásica y reflexiones sobre la traducción en la corte de Aviz», *Hieronymus Complutensis. El mundo de la traducción*, 8 (1999), 61-72.

36. Além de autor da *Virtuosa Benfeitoria* (ed. Adelino de Almeida Calado), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1994, e de tradutor do *De Officiis* de Cícero (ed. J. M. Piel), mandou traduzir a Vasco Fernandes de Lucena as seguintes obras: o *Panegírico de Trajano* de Plínio o Jovem (*idem*, XLI-XLII), o *De ingentis moribus et liberalibus studiis* de Pedro Paulo Vergerio (*idem*, XLVI-XLVII) e o *De senectute* de Cícero (*idem*, XLIII-XLVI). Sobre isto, vejam-se: Manuel Cadafaz de MATOS, «O Infante D. Pedro, a versão do *De Officiis*, 315-341; Jorge Alves OSÓRIO, «A prosa do Infante D. Pedro. A propósito do «Livro dos Ofícios», *Biblos* (vol. cit.), 107-127. Este propósito tradutor do Infante D. Pedro é explicitamente referido pelo cronista Rui de PINA na sua *Crónica de D. Afonso V (Crónicas)*, Porto, Lello & Irmão, 1977, cap. 125, 754).

37. Sobre a biblioteca do Condestável, vejam-se: Teófilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, tomo 1, 231-234; Carolina Michaëlis de VASCONCELOS, edição da *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel* [do Condestável D. Pedro], Coimbra, Universidade de Coimbra, 1922, 121-144; assim como o meu estudo *O Condestável D. Pedro de Portugal. Subsídios para o estudo da sua mentalidade*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1968 (dissertação dactilografada), 127-221.

38. V.g. D. João I (Teófilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, tomo 1, 203-209); o Infante Santo D. Fernando (Teófilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, tomo 1, 228-231); Robert RICARD, «Les lectures spirituelles de l'Infant Ferdinand de Portugal», reimpresso na colectânea do mesmo autor *Études sur l'histoire morale et religieuse du Portugal*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, 53-61; ou, mais tarde, D. Manuel I (Sousa VITERBO, *A livraria real especialmente no reinado de D. Manuel*, Memória apresentada à Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1901 [disponível em http://bnd.bn.pt/od/pp-24160-v/index-HTML/M_index.html – 2003.02.06].)

39. Teófilo BRAGA, *História da Universidade de Coimbra*, tomo 1, 235-237; Sousa VITERBO, «A cultura intelectual de D. Afonso V», *Arquivo Histórico Português*, volume 2 (1904), 254-268. Cfr. Aires Augusto do NASCIMENTO, «As livrarias dos Príncipes de Avis», *Biblos* (vol. cit.), 265-287.

40. Humberto Baquero MORENO, «Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo», *Revista de Ciências do Homem* (Lourenço Marques), volume 3, n.º 1, série A (1970), 177-205.

que se apresenta extremamente coerente: se o objectivo é o de desenvolver a convicção de que a dinastia reinante de Avis é muito mais do que o resultado de uma conjuntura política e diplomática favorável, a concretização material deste objectivo manifesta-se no esforço real por *nacionalizar a dinastia pela via da sua exemplaridade*. Por sua vez, esta exemplaridade desenvolve-se à volta de três grandes slogans: a família real portuguesa é uma família *unida*, é uma família *santa*, é uma família *culta*. No entanto, se todo este esforço de *nacionalização da dinastia* obedece durante alguns anos a evidentes propósitos de *consumo* interno (em que o objectivo era, inicialmente, o de dar consistência a uma dinastia nova, ilegítima na sua origem), a partir de meados do século XV, e ao longo de quase toda a segunda metade da centúria, detectam-se indícios de uma preocupação orientada sobretudo para a área castelhana. Trata-se de uma ampliação relativamente fácil de explicar em função do modo como evoluem, nesta segunda metade do século, as coordenadas dos interesses políticos, militares e económicos do reino, cada vez mais orientado para a problemática meridional que tornavam diplomaticamente necessária uma aproximação crescente a Castela.

4. Há anos escrevi que *este esforço propagandístico apresenta uma lógica elementar: é instrumento de uma diplomacia, que por sua vez corresponde a uma política, finalmente resultante de uma estratégia perfeitamente definida*⁴¹. O que me parece extremamente interessante (e termino com esta observação) é que, nas circunstâncias concretas em que uma tal estratégia foi delineada e praticada, a par de das vertentes mais directamente políticas, essa mesma estratégia tenha contemplado, em íntima articulação, uma vertente cultural. Sem querer com isto recorrer a uma solução de facilidade, diria que aí terá residido, provavelmente, uma das suas principais razões de perdurabilidade. Como é sabido, o *bilinguismo linguístico*, mas sobretudo o *bilinguismo cultural* perdurará entre nós até bastante adiantado o século XVII.

41. *Portugal entre dos mares*, 61 e *Os Descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico*, 36.

